



ISSN 1984-5634

ARTIGO

HETEROCRONIAS EM JOÃO (1945), ROMANCE DE AMADEU DE QUEIROZ

Heterochronies in João (1945), a novel by Amadeu de Queiroz

PIERO DETONI¹

RESUMO

Este trabalho pretende descortinar as tramas discursivas que enredam o romance João, escrito em 1945 pelo escritor pouso-alegrense Amadeu de Queiroz. Em um primeiro momento, o livro é percebido junto aos horizontes dos romances sociais de 1930, sendo que a sua principal peculiaridade é envolver tanto a preocupação neorrealista quanto a psicológica. Dito isso, a nossa análise se vale de João como pretexto para investigarmos a multiplicidade dos tempos históricos. A obra em análise é capaz de nos levar a compreensão de temporalidades não-modernas, próprias do interior de Minas Gerais. Acreditamos que nessas formas de temporalidade não hegemônicas encontra-se a tematização regionalista de Queiroz.

PALAVRAS-CHAVE: Amadeu de Queiroz; Regionalismo; Multiplicidade temporal.

EDITOR-CHEFE:

Andrei Marcelo da Rosa

EDITORE-GERENTE:

Rame Ferreira

SUBMETIDO: 06/01/2023

ACEITO: 17/03/2023

ABSTRACT

This paper aims to unveil the discursive plots entangled within the novel João, written in 1945 by the writer Amadeu de Queiroz, from Pouso Alegre, Minas Gerais. At first, the book is perceived along with the horizons of the social novels of the 1930s, and its main peculiarity is to involve both neorealist and psychological concerns. Thus, our analysis relies on João as a pretext to investigate the multiplicity of historical times. The work under analysis is capable of leading us to understand non-modern temporalities, typical of the inland towns of Minas Gerais. We believe that in the thematization of these non-hegemonic forms of temporality, it is possible to find Queiroz's regionalist thematization.

KEYWORDS: Amadeu de Queiroz; Regionalism; Temporal multiplicity.

COMO CITAR:

DETONI, P. Heterocronias em João (1945), romance de Amadeu de Queiroz. *Aedos*, Porto Alegre, v. 17, n. 39, p. 400-417, ago-dez. 2025.

<https://seer.ufrgs.br/aedos/>

¹ Graduado e mestre em História pela UFOP. Doutor em História Social pela USP. Pós-doutor em História pela UNICAMP. Realiza, atualmente, pós-doutoramento na UFRRJ, com bolsa FAPERJ Nota 10. ORCID iD: 0000-0002-5106-7868. E-mail: pierodetoni@gmail.com

*João, Maria, Tinhô, Elesbão e os outros todos continuam
estacionários, na força da saúde, na obstinação de viver
a vida inalterável.*

O tempo corre bem e tudo o mais vai correndo.

(Amadeu de Queiroz)

JOÃO ENQUANTO ROMANCE REGIONALISTA

Apesar da obra de Amadeu de Queiroz ser de difícil enquadramento, sendo necessário dizer que o próprio autor procurou transcender os rótulos literários projetados junto aos seus escritos, não nos passa despercebido certas aproximações entre o seu livro *João*, datado de 1945, com certas características próprias daquilo que veio a se chamar canonicamente de *romance de 30*. Mas que fique bem claro: não existe uma ideia unificadora e pacificadora acerca desse movimento, havendo em seu interior muitos matizes e em suas bordas projetos os mais diversificados em processo contínuo de cambio literário. Porém, estamos diante, talvez, daquilo que Antonio Candido caracterizou como a “tendência mais autêntica da arte e do pensamento brasileiro” (Candido, 1976, p. 124). Presenciamos, nesse contexto, os desdobramentos, ou sedimentações, dos vários movimentos modernistas emergentes desde a passagem do século, havendo, no pós-30, e aqui situamos o romance *João*, certa verve de cunho social, coadunando, sem justapor, ficção e realidade. O livro de Amadeu de Queiroz não foge de padrões literários percebidos em obras de contemporâneos mais conhecidos, como José Lins do Rego, Jorge Amado, Amando Fontes, José Américo de Almeida, Rachel de Queiroz, Graciliano Ramos e Érico Veríssimo. Somos impelidos por esta configuração sócio-estético-literária: “A prosa, liberta e amadurecida, se desenvolve no romance e no conto, que vive uma das quadras mais ricas. Romance fortemente marcado pelo neorrealismo e de inspiração popular, visando os dramas contidos em aspectos característicos do país” (Candido, 1976, p. 123). *João* dialoga francamente com esse cenário de (re)problematização do regional.

No livro de Amadeu de Queiroz, ainda desconhecido pela crítica em geral, encontramos uma interpretação realista, à moda pós-30, acerca dos sujeitos sociais, sendo possível vislumbrar um considerável aprofundamento acerca da experiência histórica brasileira. Em *João* verificamos a tematização dos modos de vida e posicionamento ante o mundo circunscritos pela região do Sul de Minas Gerais, em que vemos o predomínio de um mundo rural, em que se fala de “roça” e de “roceiros”. O grande personagem é o caboclo, signo, não é de somenos importância dizer, de um Brasil mestiço. Os costumes, o vocabulário, os cenários são carregados de um realismo tão bem costurado por Queiroz que transporta as leitoras e os leitores para um universo possível marcado abertamente pelo corte regional. Além disso, não deixa de ser uma marca de *João* certo mergulho psicológico a partir das performances e das ações sociais dos seus personagens. Como aponta um antigo estudo de Nelly Novaes Coelho, sendo aplicável ao caso de *João*, os escritores, especialmente neste tipo de romance pós-30, alcançam uma visão trans-humanista dos brasileiros e das brasileiras no(s) tempo(s), sendo projetado em um plano universal que enreda o ser humano de maneira geral.

De depoimento social particularista, nosso romance procura ascender incluívelmente, a essa dimensão universal, sem, contudo, abandonar a seu suporte realista, pois continua apoiado em determinada organização social, em determinada área geográfica e filtrada através do mundo humano que ali pulula (Coelho, 1965, p. 18).

O universo social caracterizado em *João*, em um diálogo com a tônica do tempo, não está no mesmo compasso da modernidade dos grandes centros brasileiros, sendo possível dizer que reproduz lógicas que alcançam planos de historicidade bastante recuados, atingindo, para o caso mineiro, vestígios de uma dinâmica de mundo pós-mineradora, movimento que proporciona, ao

menos no sul de Minas, o estabelecimento da ruralidade. Esse argumento não é explícito em *João*, mas podemos vê-lo em outros setores da obra de Queiroz. Os(as) leitores(as) urbanos, por exemplo, enxergariam, ali, uma realidade social caduca, movimentando temporalidades inatuais, mas que em um exame mais detido representavam a complexidade sócio-existencial brasileira. No centro do vórtice moderno, São Paulo, Amadeu de Queiroz procurou oferecer uma sobrevida a um mundo que para muitos já estava ultrapassado, mas que, não obstante, convivia no mesmo eixo espaço-temporal.² Talvez fosse o caso de dizer que as reflexões do nosso autor estivessem abarcadas pelas malhas de reflexões referentes ao subdesenvolvimento, que Eduardo Portella projetou para as abordagens das temáticas dos romances regionalistas: “O prisioneiro do subdesenvolvimento não vive; sobrevive” (Portella, 1963, p. 76).

Por mais problemática que seja a ideia de subdesenvolvimento, não podemos deixar de enfocar, e aqui dialogamos com *João*, a sua busca pela apreensão do real. O que está em jogo é, portanto, a tematização da facticidade social, algo já presente entre os românticos, como definidora da literatura que se pretende apresentar aos leitores e as leitoras. Vemos no romance de Queiroz o contraste de uma região que não está no mesmo compasso econômico e social de outras partes, sobretudo urbanas, do Brasil, sendo, então, que a representação dessa espécie de território “Outro” implica, necessariamente, na visualização das desigualdades presentes no processo de modernização nacional. O problema da ideia de subdesenvolvimento é, mesmo que em um primeiro movimento ela reverbere a escassez material e econômica dos sujeitos retratados nesses romances, o possível apagamento da especificidade da realidade regional, percebida em uma perspectiva de constante superação, eliminando, assim, a própria historicidade local.

Dito isso, não nos parece despropositado dizer que o escritor pouso-alegrense Amadeu de Queiroz, em uma atitude considerada, de algum modo, modernista, procurou uma linguagem para os seus personagens mais próxima da vida ordinária, sendo possível, a todo momento, capturarmos os modos de falar do interior de Minas, mais especificamente da sua parte Sul. Buscou-se uma expressão linguística mais livre, mais próxima da esfera do popular. Se desejou uma aproximação, pode-se assim dizer, com o falar propriamente mineiro, o que ofereceu ainda mais realismo para o enredo do livro. Em Queiroz, a mobilização artística de uma língua propriamente brasileira foi além da problematização envolvendo o arcaísmo gramatical vigente, apresentando-se, noutra via, como uma verdadeira atualização das potencialidades da oralidade, da língua do povo.

João, mesmo publicado na década de 1940, responde a questionamentos dos anos 1930, ao menos do filão majoritário (mas não único) do que veio a se chamar de romance social. “Afinal, os anos 30 são a época do romance social, de cunho neorrealista, preocupado em representar, quase sem interdição, aspectos da sociedade brasileira na forma de narrativas que beiram a reportagem ou o estudo sociológico” (Camargo, 2001, p. 14). Mas João não deixa de atingir uma segunda via presente na produção daqueles romances: de perspectiva intimista e psicológica, que de certa forma aparece secundarizado ante o vertente mais conhecida. Essa aproximação das duas tendências dos romances pós-30 em Amadeu de Queiroz o faz caminhar, a um só golpe, através da tentativa de mimese e, também, pela disposição favorável a *res fictae*.

Esse encontro dos dois referidos matizes oferece condições de possibilidade para o tratamento de um novo tipo de personagem que emerge, o pobre ou proletário, que em Amadeu de Queiroz é o caboclo que trabalha na roça. A miséria humana, resultado de condições econômico-sociais, interpelam o corpo e o espírito dos personagens criados por Amadeu em se romance, em que se vê tanto os problemas da desigualdade (e pauperismo) social quanto certo psicologismo decorrente dessa condição, havendo, então, certa sabedoria de vida (regionalista) capaz de enfrentar as adversidades circundantes. O mais interessante é que esse personagem, materializado enquanto caboclo roceiro, está longe de ser um “Outro” ou um “enigmático”, dado que o narrador parece, não restam dúvidas, se identificar com a intriga. Vale descartar que mesmo

² Este estudo concorda com a proposição de Jacques Rancière (2018) de que o tempo é sempre constituído por vários tempos.

não existindo uma atuação plena das mulheres, elas, enquanto trabalhadoras da roça, também recebem um tratamento mais demorado na trama de Queiroz.

Por mais que Amadeu de Queiroz tenha, em outras ocasiões, criticado o vanguardismo do modernismo de 22, João Luiz Lafetá nos faz estabelecer conexões entre os modernistas com o movimento do romance social pós-30. Considerado um “segundo tempo modernista”, a produção literária emergente nos anos 30 teria condições de complementar o projeto estético dos arautos de 22 com uma perspectiva mais ideológica, que significaria um confronto revelador com a realidade social do Brasil. O *João* do autor pouso-alegrense estaria, em tese, respondendo a esta inflexão discursiva:

Entretanto, não podemos dizer que haja urna mudança radical no corpo de doutrinas do Modernismo [...]. As duas fases não sofrem solução de continuidade; apenas, como dissemos atrás, se o projeto estético, a “revolução na literatura”, é a predominante da fase heroica, a “literatura na revolução” (para utilizar o eficiente jogo de palavras de Cortázar), o projeto ideológico, é empurrado, por certas condições políticas especiais, para o primeiro plano nos anos 30 (Lafetá, 1974, p. 19).

A materialização dessa perspectiva, pensando no livro em análise de Queiroz, ocorre pela descrição, uma tônica no período, de um Brasil ainda arcaico, impermeável aos avanços políticos e sociais. *João* é, assim, um romance escrito em 1945, mas atendendo demandas próprias dos anos 30, que não estão desconectadas, mesmo havendo algumas descontinuidades, de arranjos anteriores, advindo da fase heroica do modernismo. “Dessa forma, a geração de autores que apareceram nos anos 30 é ao mesmo tempo herdeira e legitimadora do movimento de 22, cuja grande contribuição foi abrir a porteira para o que se realizaria em seguida: os novos romances, os estudos sobre os problemas brasileiros” (Camargo, 2001, p. 60).

Outra dimensão do romance social pós-30 que enreda *João* é a ênfase dada às figuras marginais da formação nacional. No caso, está em luz alta as virtudes do caboclo e da cabocla e o seu trabalho agrícola. Esses personagens marginais são capazes de colocar a identidade nacional em movimento, na medida em que transcendem os signos patrióticos majoritários. Interessante que o caboclo e a cabocla representam o “Brasil profundo”, aquele ainda não foi cingido pela modernidade de tipo ocidental, vivendo em temporalidades bastante próprias, cujas marcas sinalizam para as heterocronias do país. Além disso, nunca é demais dizer que esses personagens são agentes sincréticos, sobretudo, em termos de etnicidade. Os protagonistas são, em todo caso, figuras marginais: pobres, arcaicos e mestiços, vivendo longe do centro a um compasso temporal atravessado pela imobilidade.

Os romances de Amadeu de Queiroz trazem consigo, salientando o caso de *João*, um campo semântico em disputa e em tensão envolvendo a passagem entre os modernismos de 22 e de 30, sendo não uma contradição, mas justamente a sua peculiaridade. Há, resumindo, a ambição de uma arte brasileira, com uma linguagem apropriada e voltada para a realidade brasileira, sendo os romances, como *João*, o canal de expressão para essas mutações geracionais no interior do modernismo brasileiro. Ao trabalharmos com a obra de Queiroz, esquecida por décadas, lançamos novas perspectivas para esse contexto do nosso pensamento literário. Trabalhar com a obra do ainda pouco estudado escritor mineiro é uma forma privilegiada de enxergarmos (e subvertermos) a formação do cânone literário brasileiro. Mesmo deixado de lado pelos especialistas da nossa literatura, e sendo desconhecido do público em geral, Amadeu de Queiroz responde às demandas colocadas em seu tempo de uma maneira original, lançando luz para um regionalismo pouco explorado, qual seja, o do Sul de Minas, capaz de trazer consigo, é necessário salientar, personagens peculiares, cenários próprios, costumes ditos tradicionais, temporalidade brasileiras não-majoritárias e enredos novos.

Diante desse quadro, dialogaremos com Hayden White (1973) e com Dominick LaCapra (1992) que avançam em seus estudos no sentido de não tomar as obras de literatura como meros documentos, como passaportes para uma dita realidade passível de ser desvelada – muitas das vezes percebida até como natural. O texto literário não se apresenta, nesta investigação, como

documento, ao menos em seu sentido mais tradicional. Nosso intuito é estudar *João* sem a necessidade de buscar em suas páginas apenas uma lógica referencial. Nos interessamos, nesse sentido, no estudo da composição narrativa, nas suas peculiaridades que estão para além da evidenciação de uma realidade passada. A nossa intenção é o entendimento dos modos de escrita operados por Amadeu de Queiroz, pois eles possuem uma historicidade própria e aberta à contextos específicos. O que a escrita do intelectual mineiro pode nos revelar, e que nos interessa, não é um passado propriamente dito, aquele nos faz ver dinâmicas sociais, econômicas e culturais de outrora. O que observamos através dos seus escritos são outros tipos de passado, isto é, aqueles que informam as tramas que enredam culturas intelectuais ou culturas literárias específicas, sem que isso seja um movimento que obstrua a análise crítica da forma literária. A nossa preocupação é a compreensão, por meio de um trabalho de crítica literária, dos mecanismos, dos dispositivos, das técnicas de escrita mobilizadas por Queiroz e postas em ação na construção das temáticas trabalhadas por ele, que no caso em questão, pensando na narrativa de *João*, relaciona-se com a elaboração de formas de apreensão da temporalidade.

IMOBILIDADE TEMPORAL COMO PLANO DE HISTORICIDADE DOMINANTE

O romance *João*, de Amadeu de Queiroz, tem como uma das suas marcas discursivas mais visíveis a tematização do tempo. Mas não se trata do tempo moderno, aquele que se orienta pela transformação em direção a um *telos* harmonioso. Um tempo em que tudo parece transitório e efêmero (Koselleck, 2006a). E estamos, aqui, diante de um problema de teoria da história: a apreensão da historicidade, isto é, das formas como homens e como mulheres articulam as instâncias temporais passado-presente-futuro (Araujo, 2013; Ricouer, 2007). Para Benedito Nunes, “quando falamos no tempo, as coisas se embaralham porque não podemos enfeixá-lo num conceito único” (Nunes, 2013, p. 23). A partir dessa preocupação se percebe a possibilidade da experiencição de distintas formas de temporalidade em um mesmo contexto: heterocronias. “A partir do momento em que nos desvencilhamos da ilusão de uma continuidade real e dada, parece que se pode falar de um pluralismo temporal” (Bachelard, 2018, p. 338). Como admite a historiadora Raquel Glezer:

Para cada civilização e cultura, há uma noção de tempo, cíclico ou linear, presentificado ou projetado para o futuro, estático ou dinâmico, lento ou acelerado, forma de apreensão do real e do relacionamento do indivíduo com o conjunto de seus semelhantes, ponto de partida para a compreensão da relação homem-Natureza e Homem-Sociedade na perspectiva ocidental (Glezer, 2002, p. 23).

Não resta dúvida, de todo modo, que homens e mulheres subjetivaram a experiência do tempo moderna em nosso país, algo já constatado desde o século XIX, sobretudo, em camadas sociais mais favorecidas (com destaque para a política e a intelectual) e nas grandes cidades. O que Amadeu de Queiroz introduz com o seu romance é a possibilidade de compreensão do tempo no interior do Brasil, onde, ao que parece, a perspectiva da transformação continuada não foi absorvida em sua totalidade. O tempo é, para o escritor pouso-alegrense, marcado pelo *imobilismo*. Isso não significa uma crise ou uma mutação da ideia moderna de tempo, mas uma forma específica, não euro-centrada, de perceber o curso da temporalidade, que traz consigo, é possível afirmar, uma nova rítmica temporal (Bachelard, 2018). Estamos na presença de uma cronotopia particular: nela não há o encadeamento passado-presente-futuro, mas uma sobrevida do passado, que tende a não passar, imobilizando o curso temporal. Esse “passado monstro” impede a emergência da novidade junto ao plano da ação social. É um tempo em que a transformação é, via de regra, absurdamente lenta, praticamente imóvel – beirando uma temporalidade geológica. Nessa aclimação as coisas são o que sempre foram.

Mas que fique bem claro a seguinte advertência: não estamos falando da temporalidade antiga, da *historia magistra vitae*, em que o passado se replica no presente (Koselleck, 2006b). No *imobilismo* o passado atravessa as demais esferas temporais de maneira “arrastada”. É o caso do

personagem Vitor, sogro do protagonista João. Logo na abertura do livro Queiroz nos oferece, a partir da forma ele se posiciona no mundo, indícios do *imobilismo* próprio da temporalidade que enreda aquele livro de 1945: “Pois é, Vitor nasceu naqueles sítios, lá cresceu, não era tão velho, mas parecia ter a idade do lugar” (Queiroz, 1945, p. 9). Mais adiante o mesmo personagem demonstra que no *imobilismo* o próprio corpo dos agentes é afetado, não sendo eles capazes de perspectivar horizontes de expectativa possíveis: “Não ambicionava nem produzia, tinha somente a ideia de viver – comer e dormir deitado na frescura sombra – tal e qual as outras criaturas errantes por aquela paisagem imutável” (Queiroz, 1945, p. 10). Percebam bem, dessa maneira, que no tempo do *imobilismo* o sujeito está destituído do poder de ação, sendo ele passivo ante o tempo que não passa. Ademais, o *imobilismo* plasma homens e mulheres junto ao meio, ou melhor dizendo, à paisagem geo-estática.

Amadeu de Queiroz emendou uma metáfora bastante elucidativa para pensarmos o tempo que não passa a partir do caso de Vitor. Queiroz diz ser ele um “homem-cupim”:

Vitor não viu o capim crescer nem o cupim se formar. Cresceram juntos, despercebidamente tomaram o mesmo corpo, a mesma forma corcunda, e se imobilizaram em fileiras, em manadas sem conta pela vastidão do campo. Chove, e eles não se encharcam; queima o sol, e não se crestam; perpassam as aragens, e não se movem; ao lado um do outro vivem para sempre na mesma desolação (Queiroz, 1945, p. 10).

A passagem não deixa de entrever que no *imobilismo* nada (ou pouco) muda. O tempo não se acelera e não se transforma, como na modernidade dos grandes centros. Há um congelamento no presente: o passado não passa, e muito menos é avaliado, e não existe horizontes de futuro.

A vida do protagonista João na fazenda do seu sogro Vitor também está de acordo com as exigências do *imobilismo*. “João também trabalha sem ambição, por herança e por hábito, para viver um dia igual ao outro e por um jornal de misérias” (Queiroz, 1945, p. 11). O passado não passa e o futuro é interditado: o homem do campo vive no tempo do hábito, do costume, da tradição no seu sentido mais ordinário. O futuro é, pode-se assim dizer, o próprio passado. Algo incontornável ao *imobilismo* é a impossibilidade da mudança social, impedindo que os agentes transcendam os desfavorecimentos impostos pela existência. Essa experiência de tempo impede homens e mulheres de agirem. Até mesmo as emoções são naturalizadas nessa ordem temporal. Acompanhemos esta passagem retratando a posição de João: “Sadio e vigoroso, vivendo consigo mesmo, frio por embrutecimento e cansa, sem ver as injustiças e as desigualdade do mundo” (Queiroz, 1945, p. 11). Ao que parece essa forma de experimentar o tempo a tudo reificava, não sendo possível dinamizar a vida em si. O corpo de João está engessado, dado que ele se embrutece e passa a viver ensimesmado.

Em certo momento, quando João e a sua esposa Maria estão em viagem, em que se busca alternativas após o encontro com Vitor, é feita uma afirmação que diz muito sobre o *imobilismo* modulador do enredo do romance: “A não ser a desfeita do sogro nada mais o preocupa [João] porque nada prevê em relação ao futuro” (Queiroz, 1945, p. 41). A estaticidade do passado impede a prospecção, isto é, a imaginação de horizontes de futuro. O *imobilismo* impede, nesse sentido, o planejamento racional da ação humana, sendo um terreno em que nada pode ser previsto: “Conduz tudo quanto tem a seu destino incerto, sem medir consequências, assim como vai avançando sem notar a caminhada” (Queiroz, 1945, p. 41). João e Maria estão plasmados ao ambiente, estão presos ao momento, passado-presente-futuro não se comportam em cadeia. Estão situados em um “eterno momento”, que longe da historicidade moderna não se apresenta passageiro: “A imaginação não o torna consciente nem audaz Nem temeroso; vive a vida do momento, a vida que reflete a paisagem que a sua vista alcança” (Queiroz, 1945, p. 41).

O *imobilismo* parece ser, na perspectiva encetada pelo escritor Amadeu de Queiroz, uma tônica entre os roceiros e as roceiras do Sul de Minas. Ele é perceptível em vários contextos presentes no correr do livro, se repetindo em vários casos similares. Na verdade, é possível dizer que essa forma de experiência do tempo alcança, como dito, certa temporalidade geográfica, quer dizer, a lenta passagem do tempo implica, literalmente, na imobilidade espacial, situada junto aos

limites do *tempo cósmico*. O estudioso mineiro, então, generaliza, como forma do(a) leitor(a) ver aquilo que se argumenta, a tendência *imobilista* presente no contexto sul-mineiro: “Em geral são tratos de terras cansadas, de pastagens consumidas e capuêras ralas onde os roceiros sem ânimo se entocam como um cavalo velho, duas ou três vacas, alguns leitões enlameados e uma dúzia de galinhas” (Queiroz, 1945, p. 129).

Cabe refletirmos, diante desse cenário estabelecido, sobre o sentimento de desânimo, que pela fala de Queiroz apresentasse como uma espécie de resposta emocional ao *imobilismo*. O desânimo se desenvolve a partir do confronto entre expectativas e um acontecimento que tende, via de regra, a diminuir as chances dessas expectativas se realizarem. No caso em questão são todas as adversidades enfrentadas pelos(as) roceiros(as), passando por temporalidades bastante coercitivas, do *tempo cósmico* ao reduzido horizonte de futuro aberto pelo *trabalho*, concebido como uma atividade mecânica e em estado de segunda natureza. Esse cenário, que atinge o próprio corpo dos personagens, leva ao desestímulo e a falta de motivação, quando não ao desalento e ao esmorecimento – situação que faz do *imobilismo* uma verdadeira gaiola.

O grande protagonista de *João* é o tempo. O seu *imobilismo* é percebido na cadência do enredo do livro, no próprio movimento dos personagens por entre os cenários. Essa sensação causada pela temporalidade lenta foi assim narrada: “Voltando da cidade, Tinhô Caetano e João vinham conversando, sem variação, sempre no mesmo tom, tal e qual os seus cavalos, que marchavam sem pressa, sempre no mesmo passo” (Queiroz, 1945, p. 130-131). Característica marcante da obra encontra-se na capacidade de Amadeu de Queiroz metaforizar cenários e situações visando a representação arquitetural das temporalidades. Mas talvez seja esta a passagem que melhor traduz isto que estamos chamando, amparando-nos no próprio livro, de temporalidade *imobilista*: “A minha vida é só isso mesmo que está aí – o que foi antonte, foi ontem e vai seguindo – disso não passa” (Queiroz, 1945, p. 132).

Maria adoece, já nos capítulos finais do livro, frustrando as expectativas do casal, como prosperar na nova propriedade e ter um(a) filho(a). Vitimada por um padecimento do coração, a protagonista torna-se imóvel. Diante da situação não havia nada que pudesse ser feito. “Maria indolente e sem entusiasmo, não ambiciona com constância e veemência coisa nenhuma, tudo lhe transcorre normalmente, como transcorrem as obrigações da existência” (Queiroz, 1945, p. 165). Não parece despropositado pensar a ideia de entusiasmo, que possui até mesmo uma dimensão religiosa profética, pois a sua falta significa, via de regra, o impulso de tornar possível, por inspiração, o futuro enquanto uma instância diferente. Doravante, o *imobilismo* suspende essa possibilidade. A doença de Maria favorece a imobilidade, na medida em que parece, por um lado, que ela se desenvolveu justamente em razão desse plano de historicidade, além de indicar que ela em si não tem cura, trazendo como sintomas justamente aqueles que indicam a imobilidade do tempo: “E foi ficando encostada ao cocho, pensando na vida, desanimada de esperanças, com um desejo sem fim de deixar tudo para outro dia, e até de parar a vida, se fosse possível (Queiroz, 1945, p. 170). Este é, de alguma forma, o evento limite capaz de informar a experiência de um tempo imóvel, ou seja, abarcando o ciclo da vida.

Dialogamos, aqui, com a tradição fenomenológica, recobrando um Husserl ou um Merleau-Ponty, posto que destacamos a dimensão mundana e subjetiva do tempo. O *imobilismo*, como uma experiência de tempo, “pertence invisivelmente ao mundo e à subjetividade” (Dupond, 2010, p. 205). Essa forma específica de experiência temporal não é assimilada como uma espécie de substância, mas, por outra via, através de um caráter inseparável dos personagens e das suas dinâmicas peculiares. O *imobilismo* apresenta-se, em *João*, como um registro temporal assumido e vivido pela subjetividade dos seus personagens, confundindo-se, de algum modo, com certa coesão (virtual) de vida.

O TEMPO CÓSMICO COMO MOLDURA HISTÓRICA

Há, de qualquer maneira, um fundo temporal de *natureza cósmica* atravessando todo o romance. Ele é e própria moldura estática em que o *imobilismo* se aloja. A sua dimensão delimita,

de acordo com a narração de Queiroz, as ações humanas a partir cotidianidade, das tarefas diárias, dos costumes compartilhados, além de estar amalgamado com os próprios movimentos da natureza. É um tempo que não foi tocado pelas historicidades modernas, longe, também, do tempo disciplinado do capitalismo, marcado pelo relógio e pelo calendário. Nesse estrato de tempo os agentes sociais apresentam-se amalgamados pela paisagem. Por meio desse horizonte temporal se estabelece um modo peculiar de lidar com as coisas do mundo, pautado por uma relação *sui generis* com o ambiente, não sendo ele tão somente matéria explorável. A relação com o tempo cósmico sugere uma temporalidade baseada em coordenadas geográficas. Nesse caso, ganha abertura o tempo do mundo rural, tomado como elemento natural.

Quando o protagonista João, em busca de um novo lugar para morar e trabalhar, após ser expulso pelo sogro da fazenda onde vivia com a companheira, prepara a sua viagem de partida encontramos o tempo cósmico regulando toda a performatividade da cena narrada. O que é mostrado é um tempo não domesticado culturalmente pelos sujeitos. A temporalidade parece, nesse estrato em específico, exterior às ações humanas, o que não significa que ela não possua força de agenciamento. A passagem a seguir é, nesse sentido, exemplar: “Às dez horas João atravessara o campo dos Gonçalves. A viagem agora não seria rápida, tinha de se regular pela marcha do cargueiro. Mas isso para o roceiro João não significava contratempo nem aborrecimento” (Queiroz, 1945, p. 33). O que se percebe é uma temporalidade sendo mediada pela paisagem circundante e entrevedo um ritmo próprio.

Amadeu de Queiroz busca simbolizar essa forma temporal projetando-a para a maneira como os agentes sociais do interior do Brasil experimentam a historicidade. O mais significativo nessa forma de assimilação do *tempo cósmico* está na ideia de dependência. Não deixa de ser uma forma de vínculo a uma temporalidade exterior. O tempo da dependência potencializa o *imobilismo*, na medida em que a ação social deixa de ser um movimento tão somente de natureza volitiva. O tempo como fator de dependência oferece, além disso, uma dimensão de retardamento da dinâmica social em si, quer dizer, ela arrefece o ímpeto transformador humano. Vejamos: “A toada do cargueiro era a sua toada e a das suas ambições, das suas paixões e dos seus amores, assim como a de todos os trabalhadores da terra. João tinha a alma de sua gente, e esperava. Esperava pacientemente, pois de espera é feita a alma da sua gente” (Queiroz, 1945, p. 33). É interessante essa passagem porque ela demonstra que os seres humanos não são, em tese, senhores absolutos dos seus destinos, abrindo margem para a rotinização do tempo tornado paisagem estática. Também não deixa de ser importante assinalar, como já foi tocado neste texto, o agenciamento do ambiente junto ao âmbito social, não sendo, então, essa esfera da mundanidade passiva e dominada totalmente pela cultura.

A vida de um roceiro, como João, não tem pressa. Metáfora expandida da própria dinâmica do tempo cósmico que o circunscreve. Chega ser assinalado, em muitos casos, que a natureza tem uma vida própria e paralela ao tempo de homens e de mulheres. Esta sequência de afirmações acerca do tempo que opera dependência é bastante significativa:

Esperar que desponte o sol nas serras embruscadas; esperar o longo amanhecer e o tardonho crepúsculo do sol, que em pleno dia se oculta por detrás das montanhas. Esperar a noite... Esperar a geração das crias, o germinar das sementes, a madureza dos frutos, a sazão das messes (Queiroz, 1945, p. 33).

Amadeu de Queiroz assevera, complementando o seu argumento, que João aprendeu a caminhar na vida a partir do movimento lento do “gado doméstico”. Metáfora mais do que sugestiva. Vê-se que esse tempo condicionador, o tempo cósmico, não é apenas o dos ciclos naturais, mas o da paisagem que comporta o todo do ambiente, que no caso em questão nos faz ver a vida no universo rural. O ritmo da vida se assemelha, nesse estrato de tempo, até mesmo aos passos dos animais: “O boi caminha vagarosamente pelo trilho das pastagens; o cavalo procura vagarosamente a sombra das árvores” (Queiroz, 1945, p. 33).

O cargueiro vai seguindo, ressalta o escritor, no compasso da vida. O tempo cósmico é lento, a ação humana é praticamente imóvel. Parece que a paisagem é, nesse estrato temporal,

infinita, fazendo de homens e de mulheres peças pequenas no tabuleiro da vida rural. As interações humanas são demoradas e raras. A paisagem “erma” impõe o silêncio. O nada se amplifica de tal forma que petrifica o cenário. Temos mais alguns trechos interessantes:

O sol parou no céu azul, e o dia não passa. O roceiro olha longamente a paisagem. Vai longe o caminho, a perder de vista; outro roceiro vem vindo com o seu cargueiro moroso. E os cargueiros se cruzam e se olham e se entendem sem dizer palavra porque a paisagem da terra, que é a alma da sua gente, é um grande silêncio (Queiroz, 1945, p. 34).

Não são poucas as descrições do tempo cósmico por parte de Amadeu de Queiroz. Esse modo de temporalidade foi apreendido, cabe assinalar, pelo fato de o próprio autor já tê-lo experienciado. O romance *João* é altamente experiencial, como toda a obra de Amadeu de Queiroz. Voltando ao problema, encontramos o escritor descrevendo, mais uma vez, a agência do tempo cósmico junto aos devires de João e de Maria: “E os dois vão indo como têm vivido – amparados pelo poder do trabalho, pelos frutos da lavoura, pela força da terra silenciosa como eles, da terra que buscam passo a passo, na toada do cargueiro” (Queiroz, 1945, p. 42). O ritmo temporal da vida dos personagens foge àquela ideia de Reinhart Koselleck, moderna por excelência, do “tempo em si e para si”. Ou seja, não é dado aos homens e mulheres o domínio absoluto das ações. Eles não domesticam o tempo cronologicamente. O tempo é experienciado a partir de outras cadências, que acreditamos estarem atreladas a noção de paisagem, havendo, de forma original, uma territorialização do tempo.

O tempo cósmico de *João* é naturalizado por seus personagens, havendo, nesse sentido, uma simbiose destes com o meio. Nada mudava. Todos os dias eram iguais. Há uma onipresença do hábito e do costume secundarizando o agir. A forma com “Ti-Ana” experimenta a temporalidade e se movimenta no mundo apresenta-se bastante elucidativa:

E todos os dias era assim, há muito anos. Ti-Ana olhava sem ver. Não contemplava nem ouvia as madrugadas; não era como gente de outras paragens, acostumada a ver o dia romper de longe, no fundo das vargens ou nos horizontes de serras afastadas. Os dias dela nasciam sempre ali mesmo, do outro lado do morro, e lofo clareavam tudo sem dar tempo a muita cantiga. Dias espertos que se levantavam num prisco. [...] Durante meses e meses as manhãs se repetiram, com a mesma Ti-Ana, o mesmo fogo, a mesma chocolataria e o mesmo “Bão dia” de toda a gente, sem a resposta de ninguém (Queiroz, 1945, p. 44-45).

O caso de Teotônio é, também, exemplar. Ele é um sujeito que não possui uma identidade. Não se sabe de nada a seu respeito. Ele está congelado no tempo em razão de não ser tocado pelo passado e por não possuir expectativa de futuro. Esse personagem está imóvel, sendo levado pelas dinâmicas do *tempo cósmico*. Segundo Queiroz:

Tôtonio ou Teotônio é o sujeito que não sabe nem quer saber, de si ou de nada. Não porque se negue a revelar, mas porque não de fato coisa alguma, mesmo o nome que lhe puseram. Esquece o acontecido e não do que vai acontecer; vê apenas a hora que passa e se alguém o interroga com insistência, enfeza e se afasta resmungando (Queiroz, 1945, p. 153).

O ambiente invade a trama do livro. Ele é uma força criadora, bem como tem o seu próprio tempo. Amadeu de Queiroz tem a sensibilidade de metaforizar as formas de agenciamento da temporalidade cósmica junto ao cenário de *João*: “A sombra, a frescura e a paz, descem dos morros, erram pelos campos, entristecendo ao longe, por de trás da serra, os restos dos dias” (Queiroz, 1945, p. 56). Pode-se falar em atmosfera temporal.

A própria marcação do tempo, a percepção acerca da sua passagem, obedece a uma dinâmica que não é a do relógio: “O sol ia baixando. O camarada João marcava o tempo pela altura dele e pelo comprimento das sombras dos matos projetadas no caminho” (Queiroz, 1945, p. 76). Novamente uma sequência temporal sendo medida por elementos naturais: “O ano corre bem. Os leitões, os pintos e os bezerros vão crescendo: os porcos engordam; o milho grana bem; o sol e a

chuva vão se entreverando muito a favor” (Queiroz, 1945, p. 80). O tempo é cíclico, porém, sem cronometria.³

A dimensão ambiental do tempo impede a sua moralização, ou melhor, a atribuição de sentimentos junto à sua passagem inexorável. O *tempo cósmico* é, no romance *João*, uma espécie de orientador das ações humanas. Ele é o marcador dos planos de historicidade que atravessam o livro. Apresenta-se, ademais, como um sinal de que o processo modernizador, que atravessa o Brasil século XX adentro, ainda não se estabeleceu majoritariamente no interior de Minas Gerais, tendo em vista que a modernidade de tipo ocidental tem como uma das suas principais marcas a subjugação do tempo ante a ação racionalizada e orientada para fins civilizatórios.⁴ Assim sendo:

João segue a marcha da natureza nos tempos da criação e da lavoura. Nada lhe sucede ao perpassar da vida, nem mais trabalho nem mais ambição nem mais amor. Sua companheira é sempre a mesma Maria do Vitor, quieta, solícita, incansável, sem desejos nem grandes alegrias – pitando com ele o mesmo cigarro, no descanso do cair das tardes (Queiroz, 1945, p. 112).

Com riquezas de detalhes, correspondendo as expectativas dos romances realistas pós-30, reconfigurando, inclusive, a velha cor local romântica, Amadeu de Queiroz espacializa o tempo através da ideia de paisagem “erma”. Nela não se vê atividade humana, o tempo passa em um ritmo lento ao passo da geografia natural - ali se impera o silêncio. Tem até algo de sublime nessas paisagens, dado que homens e mulheres são arrebatados de forma assombrosa pelo âmbito natural. Nesse território, a *temporalidade cósmica* dita o ritmo de um enredo que praticamente nada acontece. É esse o desafio que João encontra ao tomar posse da sua propriedade. Podemos vê-la com riqueza de detalhes:

O chão coberto de vegetação sem serventia – touceiras de vassourinha e de araçazeiros, pés de fruta-de-lobo e de fruta-de-pomba espalhados pelo campo. Tudo em ser, conforme o sol e a chuva criaram; nenhuma voz no ar a não ser o canto do tico-tico do campo, que vibra, para, e se repete sem fim. João pensou em entrar na casa e desistiu. Pra que? Pensou em andar por ali fora. Pra que? Parou os olhos na limeira velha e nas goiabeiras desfolhadas; foi ao rancho do paiol, espiou pelos desvãos dos paus; foi à bica, bebeu e ficou vendo a água correr, e a bica d’água caindo aumentava o ermo (Queiroz, 1945, p. 134).

A paisagem desabitada, que no caso é “erma” em sua extensão, leva ao ensimesmamento de homens e de mulheres. Essa ideia é bastante comum para descrever o caboclo mineiro, sendo que a sua maior característica está de acordo com certo engaiolamento temporal. Os agentes sociais não expandem o seu poder de ação junto à paisagem, modificando-a; mas é a paisagem que dirige os atos destes, retraindo as suas ações e os lançando para dentro de si mesmos. Deixemos Amadeu de Queiroz narrar: “Lá fora tudo empantanado e aqui dentro a vasta impregnação de humidade! E o homem recolhido, reconcentrado, voltado para si mesmo, protelando, pensando vagamente, de ânimo abatido pela inércia e pela limitação da paisagem” (Queiroz, 1945, p. 151).

Tendo isso em vista, o *tempo cósmico* era promotor de hábitos e de costumes. Em Amadeu de Queiroz, sendo uma tônica em suas obras, o meio é fator de agenciamento junto à realidade histórico-social. Mas não é uma via de mão única. O que há é a reciprocidade entre ação humana e ação do meio, em um movimento que configura o ritmo temporal no interior mineiro, como nesta rápida, mas elucidativa, passagem: “As nuvens passam lentas no céu, o cigarro vai e vem, de mão em mão, e a vida se escoia dia a dia” (Queiroz, 1945, p. 163). De qualquer maneira, não há domínio consciente dos agentes sociais quanto a passagem do tempo, sendo ele, muitas das vezes, um fator de surpresa.

³ De acordo com Krzysztof Pomian (1993), é preciso considerar a definição de ciclo como um intervalo entre duas repetições de um mesmo fenômeno.

⁴ Paolo Rossi (2010) assegura, amparado em Pomian, que há uma ambivalência no conceito moderno de tempo, sendo impossível posicionar a modernidade a partir do signo unívoco da unilinearidade do tempo, sendo necessário estabelecer que a cronosofia do progresso jamais foi a única.

A subjetivação do *tempo cósmico* responsável por dirimir o raio de ação dos personagens era tão grande que Queiroz argumenta que João se confundia com a própria paisagem: “João permaneceu encolhido dentro das suas divisas e da sua paisagem limitada. Identificou-se com o meio, incorporou-se nele a ponto de se esquecer de que era dona de alguma coisa que precisava desenvolver-se” (Queiroz, 1945, p. 166). Mais adiante, no mesmo capítulo, os agentes sociais foram comparados com a “criação”, sem, portanto, consciência de temporalidade em ação: “Ninguém pensou em si mesmo, em Deus, na vida ou na morte. Todos continuaram indiferentes, como os seres todos da criação, como todas as coisas da natureza” (Queiroz, 1945, p. 167)! O *tempo cósmico* posiciona, no limite, os personagens como estivesse em uma pintura paisagística.

O TEMPO DO TRABALHO “NA ROÇA”

Parece também existir, sendo o tempo um dos protagonistas do *João*, uma temporalidade própria do trabalho, isto é, de um tipo específico de trabalho, aquele realizado em pequenas e médias propriedades rurais, que em Minas Gerais tende a ser chamado de trabalho na “roça”. O cenário do livro é a fazenda de Tinhô Caetano, que apesar de mostrar-se relativamente diferente dos demais lavradores da região, haja vista que sempre buscou melhoramentos para a sua propriedade, não conseguiu diferenciá-la, de todo, do cenário rural estabelecido. O aspecto da sua fazenda era igual ao de outras quaisquer: o mesmo tipo de instalação, de comodidades, de métodos e compasso de trabalho, “sem tirar nem por de todo o mundo” (Queiroz, 1945, p. 58). A temporalidade do trabalho na roça é, sendo possível assinalar isso, a responsável pelo enquadramento das camadas sociais existentes no universo rural brasileiro, mais especificamente, pensando no caso do livro, no Sul de Minas Gerais.

Até mesmo a temporalidade do “trabalho na roça” é impermeável aos ditames da modernidade e ao eixo de historicidade calcado na noção de progresso. O tempo desse tipo de trabalho também possui o seu ritmo, que como a citação deixa entrever é absolutamente espontâneo-natural. Talvez a grande marca das temporalidades que estamos assinalando esteja ligada à sua insubmissão ao agir humano (Santos; Merlo, 2019). O exemplo a seguir mostra que nem mesmo os aparatos técnico-científicos alteram essa ordem do tempo:

Tinhô Caetano já tido arrojos de inovação e progresso: comprou arado, desintegrador de milho, bois e porcos de raça; diante porém do trabalho e cuidado que daí resultam, desanima – atira a máquina para um canto; solta os animais nos pastos infestados de bernes e carrapatos; deixa os porcos derreados pelos bichos de pé, e volta à enxada, ao monjolo, aos animais degenerados mas à prova de peste e pragas (Queiroz, 1945, p. 59).

No *trabalho na roça* parece não haver grande distinção social. O trabalho torna, na perspectiva de Amadeu de Queiroz, mais solidário o encontro entre diferentes agentes, com especial atenção para um tipo social característico do interior de Minas: o caboclo. O trabalho no campo oferece a oportunidade, ao menos no livro em questão, da ocorrência de momentos de sociabilidade. Mas nota-se que os assuntos discutidos estão sempre relacionados aos afazeres na roça, condicionadores das formas de ação e de pensar junto ao mundo rural; disposição própria de um agir francamente subjetivado. Amadeu de Queiroz quer demonstrar que o trabalho rural circunstancia os modos de ser no mundo daqueles sujeitos. Segundo o escritor pouso-alegrense:

Certos dias em que o serviço se acaba mais cedo e o tempo convida, os carreiros, o trabalhador dos porcos e mais um ou dois jornaleiros se juntam para conversar. Uns sentam-se no cocho grande, outros ficam em roda para se divertirem com o cigarro e como os acontecimentos. Os assuntos são invariáveis – os bois, os porcos, o trabalho de cada um, e às vezes a vida alheia, os fatos curiosos, interessantes, incompreensíveis ou sobrenaturais (Queiroz, 1945, p. 53).

A terra, o trabalho nela, direciona os devires de homens e de mulheres do campo. Amadeu de Queiroz os percebem em uma espécie de redoma, onde o tempo do imobilismo e o *tempo cósmico* se encarregam do enquadramento das suas performances sociais. Da terra provém tudo o que é possível àqueles agentes, sendo onipresente na narrativa do autor. Não se conhece nada que

esteja para além dela, o que impede o contato com outras cronotopias. A terra, objeto de trabalho, está em estado de comunhão com estes indivíduos, que dela cuidam e são cuidados. A terra aparece como um quadro, já nos valemos dessa imagem, em que cada personagem é retratado a partir de um eixo simbiótico. Queiroz quer demonstrar, com muita propriedade, que a perspectiva cartesiana, que se dissemina na modernidade dos grandes centros urbanos, do sujeito que submete o seu objeto é completamente inacessível nesses estratos de tempo. Há uma fusão entre a terra e o agricultor, sendo o *tempo do trabalho* impactado pelo *tempo cósmico*. É possível visualizarmos isso que é chamado de “existência única”:

Mas parece mais certo que os amigos e vizinhos se juntam para tratar do seu grande assunto – a terra, que os identifica no trabalho, nos cuidados, na comunhão da lavoura, no trato da família e dos animais domésticos. Porque eles não fazem distinção entre trabalho e dever, entre crias e filhos, entre família e criação. Tudo se lhes confunde numa existência única – a vida que vivem, dia a dia, no isolamento da ignorância (Queiroz, 1945, p. 48).

O tempo do trabalho na roça não oportuniza grandes expectativas de futuro. Não foram poucas as vezes que Queiroz salientou a falta de ambição desses agentes. Eles são, de uma forma ou de outra, considerados acomodados. Podemos dizer que essa acomodação se opera em razão desta tripla temporalidade não-moderna: *imobilismo*, *tempo cósmico* e *tempo do trabalho na roça*. “João vai-se mostrando trabalhador ao gosto de Tinhô Caetano – sem preguiça, obediente, habilidoso, a quem não se dá uma ordem por duas vezes. Mas frio de ambição, mecanizado no trabalho, trabalhando pelo sustento, por força do músculo, escravo da enxada” (Queiroz, 1945, p. 61). A falta de ambição, que não deixa de ser uma forma de experiência da historicidade pautada na expectativa, ou seja, no desejo de que algo (positivo) aconteça no futuro, impede o protagonista João de movimentar as camadas sociais que o engaiolam. É possível dizer que a falta de ambição também impede esses agentes de serem livres. Aqui, talvez, o lado sombrio da terra ou do trabalho nela: “Se João tivesse um nadinha de ambição, com auxílio de Tinhô em pouco tempo estaria feito na vida. E daí, que sabe se mais adiante mudaria de modo de ser” (Queiroz, 1945, p. 61). A ambição é aquilo que falta ao caboclo, sendo tal sentimento decorrente do *imobilismo* e do condicionamento *cósmico*, resultando em formas de trabalho em que a identificação com a terra é tão grande que não existe espaço de manobra para que se possa projetar um futuro diferente daquilo que sempre existiu.

Em uma mesma passagem Amadeu de Queiroz coloca, enfocando a partida dos filhos de Tinhô Caetano da fazenda, em andamento uma tripla perspectiva temporal: abrangendo o *imobilismo*, o *tempo cósmico* e o *tempo do trabalho*. Acompanhemos o excerto: “Os filhos de Tinhô Caetano partiram há dois dias. A fazenda tornou à velha monotonia. Agora somente as vozes das aves e das reses quebram o silêncio da casa. Para esquecer os netos Tinhô tornou ao trabalho com ardor” (Queiroz, 1945, p. 93). Mas essa não foi a única situação em que o tempo triplo da roça foi acionado: “O tempo passa lento e vário. A vida continua. As crias nascem e crescem; as sementes se multiplicam por alqueires e carradas; chove e faz seca; o homem trabalha e os bois ajudam” (Queiroz, 1945, p. 111). O que se percebe é, em última instância, uma temporalidade em que o movimento não é o protagonista, sendo impedida a sua performance pelo ambiente telúrico, em que o trabalho humano é, de uma forma ou de outra, reificado diante das duas primeiras temporalidades, fazendo da ação daqueles indivíduos algo programado e, até mesmo, mecanizado e não-racional (Camargo, 2001). Vejamos só: “Os dois roceiros não sentiam nenhuma emoção nova, faziam o que era preciso fazer-se, por obrigação, por hábito do trabalho” (Queiroz, 1945, p. 138-139).

Em duas situações específicas vemos, em que João e Maria já estão há um tempo considerável instalados na fazenda de Tinhô Caetano, o tempo do trabalho se apartando relativamente do *imobilismo* e do *tempo cósmico*. Parece haver nele certo sentido cumulativo que impacta a ação social. De todo modo, como quer o narrador, esse movimento não é planejado. O trabalho continua, nas roças do Sul de Minas, sendo uma atividade que naturaliza as temporalidades majoritárias descritas neste texto. Contudo, o resultado do trabalho, mesmo que

mecanizado, abre alguma margem de manobra ante o *imobilismo*, mesmo que seja em um compasso bastante lento. Vejamos, primeiro, a situação de Maria:

João e Maria progrediam e se modificavam sem dar por isso. Maria menos e mais devagar, limitando-se ao que lhe transmitia Donana: o viver doméstico relativo ao trabalho, resumido no amor à casa. Então a sua casinha de sapé foi borbulha, da qual nasceu o broto vivo da sua ambição e que tornou menos reservado o seu amor pelo marido (Queiroz, 1945, p. 123).

O trabalho não muda, cabe destacar, o status social da personagem Maria, condicionada pelo pouco raio de ação em termos de gênero. Mas o livro não se deixa entrever, de qualquer modo, alguma mobilidade social “a partir” do trabalho, tendo em vista a possibilidade de o casal protagonista adquirir uma propriedade em um curto espaço de tempo.

O caso de João é um pouco diferente, porém, guarda a mesma ideia: o eixo temporal da mudança em sua vida ocorre ao sabor dos desígnios das historicidades dominantes. Não há a racionalização temporal. O trabalho energiza João, dignificando a sua posição no mundo, mesmo que ele se autossabote em termos de estatuto social. O caboclo internaliza e subjetiva,⁵ parece que Amadeu de Queiroz quer passar essa mensagem, as impossibilidades derivadas das historicidades majoritárias em modo de agência, levando-o, não sem prejuízo, a se diminuir e a acreditar que, em uma visada temporal, nada muda. Segundo a narrativa de *João* pode-se depreender, então, o seguinte:

João mais do que a mulher, se firmava na vida, ao influxo da confiança que ia adquirindo em si mesmo, graças aos conselhos e a assistência do fazendeiro e ao estímulo dos negócios que lhe proporcionava. Como bom caboclo que era, melhorava pessoalmente e ganhava energia sem dar por isso, quase inconscientemente. Mas julgava-se sempre o mesmo homem; ignorava-se, principalmente por ser analfabeto. Quem sabe ler pode verificar o próprio progresso e avaliar o desenvolvimento da capacidade própria (Queiroz, 1945, p. 124).

O ritmo do trabalho, a sua temporalidade subjacente, oferece um movimento determinado ao enredo do livro. Ele se irrompe ante o *imobilismo* e o *tempo cósmico*, no entanto cerceia a liberdade humana, sendo ela abarcada por suas atividades. Elas não são direcionadas para um fim determinado, não sendo, portanto, conscientes. Aqui vemos essa situação perfeitamente, em que o próprio corpo dos personagens é enredado pelo tempo do trabalho agrícola ou pelo *tempo do trabalho na roça*:

Labutavam os dois no mesmo compasso, guardavam os dois o mesmo silêncio, sem notar o primeiro esforço, ignorando o próprio heroísmo, sem sentir o sofrimento próprio. O silêncio deles significava recolhimento ou meditação, vinha da constância de um pensamento só, da ideia única de fazer sempre a mesma coisa – levantar o braço, deixar cair a enxada; repuxar a capina, e torna à mesma toada até.... Até parar, deixar cair no braço o cabo da enxada, cuspir nas mãos, olhar o serviço feito, calcular o que está por se fazer, e retomar a capina no mesmo andamento. *E os dois não sabem que morrem no trabalho para poderem viver trabalhando* (Queiroz, 1945, p. 142, grifo meu).

As temporalidades de *João* parecem delegar papéis sociais de forma naturalizada. Ao que parece elas são coercitivas quanto a liberdade humana. Os agentes estavam inseridos em uma engrenagem com um funcionamento que obedecia a um sistema bastante rígido. Não havia um mundo que não fosse aquele geograficamente conduzido pelas temporalidades em questão. Naturalizava-se a própria posição no mundo. O tempo do trabalho não é manipulado pela ação humana, mas é ele que a condiciona. Essa visão de mundo resultava em estacionamento. Em um primeiro momento acompanhamos este mundo fechado, quase sem janelas, em que habita João e Maria: não vislumbrava “o mundo que anda em roda de si nem encontrava qualquer ligação entre a sua vida e a vida dos outros seres, a não a da própria mulher. A sua previsão e as conclusões que

⁵ Como demonstram Berger e Luckmann (1973), o cotidiano é passível de subjetivação por parte dos sujeitos. Os objetos são, ao mesmo tempo, objetivação e subjetividade humana.

tirava das coisas da existência eram incompletas e primitivas, por isso temia e estacionava” (Queiroz, 1945, p. 145). Em um segundo momento deixa entrever que o tempo do trabalho é uma segunda natureza:⁶ “Sua prosperidade pois não se fazia por inteligência e tenacidade, fazia-se porque trabalhava e porque as roças de milhos produziam, pela força da terra e o porco engordava por força do milho” (Queiroz, 1945, p. 145). É possível assinalar, pois, que o tempo do trabalho se conecta ao *imobilismo* e ao *tempo cósmico*, mesmo que ressaltemos certo desprendimento se considerarmos a sua carga sócio-cumulativa.

TEMPO DA ESPERA: EXPECTATIVAS, FRUSTAÇÕES E RETORNO

Existe uma quarta temporalidade que enreda *João*: o *tempo da espera*. Ela encontra-se, em princípio, junto ao plano do desejo do casal protagonista, que com a sua força de trabalho e com a ajuda de Tinhô Caetanos intentam conseguir, de uma maneira ou de outra, uma “terrinha”. O livro todo é marcado por essa espera. Essa forma de experimentar o tempo estabelece, acompanhado o enredo do livro de Amadeu de Queiroz, a abertura possível contra o movimento ordinário (e arbitrário) das coisas estabelecidas socialmente junto ao mundo da vida. É, de alguma forma, uma expectativa marcada pelo selo da indefinição, condição mesma para o desenrolar da trama da obra em exame. A espera é como uma tela em branco para o pintor, sendo possível perceber nela o próprio infinito ou o próprio vazio. Um mundo possível em que se pode, de algum modo, desprender-se dos apriorismos do *imobilismo* e do *tempo cósmico*, bem como da mecanização do *tempo do trabalho*. O que está em jogo é a possibilidade de abertura e de construção de um mundo novo, que inicialmente parecia impossível, mas que no compasso de espera da ambição desenvolve-se, não é um exagero assinalar, por meio de diversas maneiras consideradas positivas de entendimento e de ação no mundo.

Em uma rápida análise lexical percebemos que a ideia de espera remete ao já estudado *imobilismo*, mas traz consigo a perspectiva da esperança. O *imobilismo* é passível de localização: é o próprio lugar que se experimenta essa espera, que no caso é a onipresente fazenda com o seu fechado e coercitivo modo de trabalho. Há um senso autoritário de espaço, que impede o deslocamento dos personagens. Esta metáfora expandida resume a argumentação: *João e Maria não saem do lugar*. Já a esperança, que no caso está relacionada, no livro, com a chance de ter uma propriedade privada, leva o ser humano a viajar no tempo (futuro) e no espaço (outro lugar sonhado). Esse novo lugar imaginado e desejado flexiona o presente, o esvaziando da sua substancialidade espaço-temporal.

Não deixa de ser verdade que, em um primeiro momento, a espera de João e Maria parece não se realizar. Isso em razão da dívida que João passou a ter com Tinhô Caetano, responsável por ajudar, com metade do dinheiro, o protagonista a comprar a sua “roça”. Se o tempo da espera abria, virtualmente, um horizonte de expectativa até então inimaginável para os personagens, o fato de a casa estar hipotecada novamente os torvam reféns de um passado que insistia em não passar, o que implicava na perda daquele sentimento, tão raro naquele contexto espaço-temporal, de liberdade.⁷ João ficou, pois, descontente: “O sítio que compraram é nosso, não é? Passaram a escritura no meu nome, me deram a posse, nós vamos pra lá, não é? Mais está tudo hipotecado, fiquei duma hora pra outra devendo o que não tenho e com um pêso dêsses na riba do cangote!” (Queiroz, 1945, p. 132).

De todo modo, não era apenas o sentimento de desânimo que assolava aqueles roceiros. Dependendo da situação entra em cena o sentimento de ambição. E é preciso se demorar nele, porquanto o mesmo é o desejo que se transforma em meta de vida, desdobrando a temporalidade

⁶ Pensamos o conceito de segunda natureza a partir de Habermas (2012), seguindo uma longa tradição marxista, em que se percebe uma oposição entre sistema social e mundo da vida.

⁷ Liberdade é, aqui, entendida nos horizontes da filosofia de Jean Paul Sartre, em que se fala de uma liberdade situada, quer dizer, que se torna disponível diante das circunstâncias concretas da vida. Não falamos, recorrendo ao filósofo francês, de uma liberdade abstrata e assimilada de forma metafísica. “A liberdade realiza-se no interior de um mundo em que os fatos e os Outros se colocam como condicionantes das escolhas do sujeito” (Almeida, 2011, p. 30).

imóvel, dado que entrevê planos e estratégias para se alcançar tal intento. Além disso, a ambição aparece, em Amadeu de Queiroz, como um refrigério para o onipresente sentimento de desalento. A ambição torna possível a espera. Ela se realiza pelos próprios meios disponíveis com esforço e com dedicação. Ela antecipa o futuro. É esse o posicionamento de João ao vislumbrar com mais cuidado a sua propriedade:

Deixou de novo a casa e foi ver o seu chão. E vendo tudo, palmo a palmo, sentiu dentro de si os primeiros impulsos de ambição. As árvores; os arbustos; o capim rasteiro; a própria terra nua de vegetação, mostravam-lhe novos aspectos, despertando-lhe as emoções. Emoções nunca sentidas, que se manifestavam no sentimento de autoridade, na união íntima com tudo que o rodeia e lhe trazem a ideia de cuidado, do aproveitamento e da utilidade. (...) Tudo lhe pertencia, e da sua posse lhe vinha a ambição que nasce mais da ideia do aproveitamento e do desvelo, que dá ânsia de possuir e acumular (Queiroz, 1945, p. 140).

Todavia, João estava, mesmo na nova propriedade, engessado no tempo pela dívida. A sua pequena propriedade estava sob hipoteca. Essa situação fortalecia, paradoxalmente, o tempo da espera através da possibilidade da posse. Ter a posse das suas terras lhe proporcionaria um ânimo novo, capaz de abrir condições para um futuro não prefigurado. “O roceiro João devia e era governado pela ideia de dívida, o que lhe retardava o sentimento de posse, que gera energia, amor próprio e a responsabilidade de sentir-se dono de alguma coisa” (Queiroz, 1945, p. 145). Interessante que Queiroz confere um sentido original para a posse da terra, “cujo domínio não se confunde com outro qualquer nem com a ambição nem com a vaidade, porque a posse da terra coloca o homem acima de si mesmo” (Queiroz, 1945, p. 145). Ou seja, obter uma terra era o significado maximizado da possibilidade de transcender inúmeros óbices de natureza social, o que não necessariamente significava a dinamização temporal arcaizante.

Mas é necessário dizer que a cotidianidade⁸ (Heller, 1972) no mundo rural é capaz de absorver as mais audaciosas ambições. O *imobilismo* torna, aliado ao *tempo cósmico* e do *trabalho*, a ação humana interiorana, na perspectiva de Queiroz, rotinizada. Essa disposição imobiliza o horizonte de expectativa. Melhor dizendo: o tempo da espera, de abertura a mundos possíveis, tende a ser imobilizado rapidamente. Esse estado leva ao abatimento até mesmo dos corpos dos personagens, que se tornam “indolentes”, isto é, indiferentes, “moles”, prostrados, abatidos e apáticos. Está é a situação do fechamento do horizonte de expectativa de João e Maria, em que certa ideia de arruinamento (Hardman, 1996) está presente, dado que aquilo que se espera pelos personagens antes mesmo de se realizar já se tornara passado:

Comprado o sítio, a ambição e os esforços de João se limitaram a conseguir o pagamento do empréstimo contraído. Paga a dívida, verificada a posse completa e definitiva, o roceiro calçou o sapato, a mulher calçou o chinelo de couro, *imobilizaram-se dentro do círculo da própria existência e recaíram na indolência* (Queiroz, 1945, p. 165, grifo meu).

O tempo da espera, que ainda poderia se concretizar em razão da gravidez de Maria, quebrando a rigidez temporal com a emergência de uma nova vida, é interrompido tragicamente com a sua morte inesperada. O tempo da espera, aquele que tornava real um futuro livre do *imobilismo*, é atravessado por esse acontecimento. Essa é uma face dessa modalidade de espera que está intimamente ligada com os desdobramentos do devir histórico, mesmo com a onipresença do *imobilismo*: a previsão de futuro não significa, necessariamente, a sua realização. Nesse interim existem outras modulações temporais em jogo, sempre trazendo como resíduo um passado de tal maneira “monstro” que se projetava (e antecipava) no próprio futuro, combatendo o acaso e a surpresa, entre outras disposições que tornam o futuro habitável. O tempo da espera em *João* – que se configurava, no início, como a abertura cogente para a fabulação de mundos possíveis – parece, de uma hora para outra, tornar-se irremediavelmente indisponível para o roceiro protagonista.

⁸ A ideia de “vida cotidiana” empregada Agnes Heller (1972) é bastante útil para compreendermos as formas de vida assumidas em contextos sociais diversos daqueles instaurados pela sociedade burguesa.

A situação ficou ainda mais dramática com a morte de Maria, posto que João necessitou enfrentar o inventariamento da sua propriedade. Não deixando herdeiros, a parte da sua falecida esposa era por direito do sogro, Vitor, o mesmo que o expulsará da sua fazenda no começo do livro. Em razão dessa situação que João conheceu Tinhô Caetano, trabalhou e com a ajuda deste e da sua esposa adquiriu a sua roça. Mas ter que dividir aquilo que conseguira à custa do trabalho duro na enxada, e justamente com o seu algoz, levou João a um desgosto profundo, a ponto de negar o tempo da espera, aquele que tornava o futuro praticável. Seria melhor, como ele anunciou, ter ficado enredado ao *imobilismo*: “- Se eu tivesse ficado adonde estava – na minha enxada – e não tivesse ambicionado ser mais do que já era não tinha me sucedido tanta coisa! A gente não deve sair do seu lugar no mundo” (Queiroz, 1945, p. 188)! Este ajuizamento não significava um protesto sem queixa, mas apresentava-se como um desalento e um desconforto por parte do roceiro, que se julgava, em última medida, espoliado e desprotegido.

Segundo Amadeu de Queiroz, no último capítulo do livro, “correu o tempo, moderou-se a tormenta e o viver do roceiro foi para trás, e parou” (Queiroz, 1945, p. 195). João se encontrava, naquele momento, na mesma situação do princípio da vida: devendo e “reduzido a tirar de um chão sovado e de um corpo moído, os recursos para pagar as dívidas” (Queiroz, 1945, p. 195). Sozinho, sem ajuda – algo complicado em vista do fatalismo que a vida do interior impunha aos roceiros. Nosso protagonista voltou ao registro do *imobilismo*, sendo que essa dívida o impelia sempre para trás. Eis estão a atitude e o posicionamento do roceiro ante essa temporalidade: “Se outras dificuldades e contratempo da vida voltarem, João de novo se acomodará com eles, continuará paciente, sofrendo ou reagindo conforme a força dos motivos” (Queiroz, 1945, p. 195). Farei mais uma citação do livro capaz, de uma só vez, de capturar o fatalismo temporal que atravessa o seu enredo e o fundo trágico implicado na história de João e Maria:

Bem pensado a vida é isso mesmo. O tempo passa e as coisas continuam. Nós é que mudamos sempre, mudamos de figura e de ideias. Uns perdem a crença e a esperança, outros ficam enrugados e de cabelos brancos e vão andando sem força e pressa, porque já não tem aonde chegar, visto que estão no fim do caminho (Queiroz, 1945, p. 196).

O fim do livro guarda, já em suas páginas finais, uma relativa surpresa, mesmo que isso não implique a dinamização do tempo. João acaba conhecendo uma viúva e se casa novamente. Ambos não queriam viver sozinhos na vastidão interiorana. Ademais, o arranjo matrimonial foi vantajoso para João, na medida em que a viúva vendeu a sua roça para morar com ele, além de ter quitado a sua dívida com Tinhô Caetano, que lhe ajudara a reaver as suas terras após ser obrigado a partilhar com o sogro Vitor.

O desfecho é alegórico, sendo que Queiroz deixa entrever que a temporalidade do *imobilismo*, para os roceiros, significava estabilidade e até mesmo felicidade. O fatalismo imposto pela ordem do tempo não deveria ser quebrado. A vinda da nova esposa tornava as coisas como sempre foram, como visualizamos na cena derradeira da obra:

- E aí, fica tudo certo outra vez.
- Fica. A vida entra na toada.
- E da sua parte não se preparar?
- Pra que? Vou só dar uma caição de branco nas paredes da casa e mandar pintar as portas e as janelas de cor azul (Queiroz, 1945, p. 203).

O tempo da espera foi, nesse sentido, substituído por um desejo que pudesse tornar tudo imóvel. Os roceiros chegam, na percepção de Queiroz, a combater a transformação histórica. Uma atitude ante o devir que implicava a acomodação social. De todo modo, o autor não faz nenhum juízo valorativo acerca dessa experiência do tempo, na medida em que é justamente ela que oferece o tom para o regionalismo sul-mineiro.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Silvio Luiz. *Sartre: Direito e Política: Ontologia, liberdade e Revolução*. Tese (Doutorado em Direito). Universidade de São Paulo, 2011.
- ARAUJO, Valdei Lopes de. História da historiografia como analítica da historicidade. *História da historiografia*, Ouro Preto, vol. 6, n. 13, 2013, pp. 34-44. Disponível em: <<https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/620>>. Acesso em: 19 jun. 2025.
- BACHELARD, Gaston. A continuidade e a multiplicidade temporais. In: SALOMON, Marlon (org.). *Heterocronias – Estudos sobre a multiplicidade dos tempos históricos*. Goiânia: Edições Ricochete, 2018, pp. 337-370.
- BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. *A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento*. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 1973.
- CANDIDO, Antonio. *Literatura e sociedade*. São Paulo: Editora Nacional, 1976.
- CAMARGO, Luís Gançales Bueno. *Uma história do romance brasileiro de 30*. Tese (Doutorado em Teoria e História Literária). Universidade Estadual de Campinas, Campinas/SP, 2001.
- COELHO, Nelly Novaes. O romance brasileiro em sua dimensão regionalista. *Caravelle. Cahiers du monde hispanique et luso-brésilien*, Année 1965, n. 5, pp. 17-29. Disponível em: <https://www.persee.fr/doc/carav_0184-7694_1965_num_5_1_1124>. Acesso em: 19 jun. 2025.
- DUPOND, Pascal. *Vocabulário de Merleau-Ponty*. São Paulo: Martins Fontes, 2010.
- GLEZER, Raquel. Tempo e história. *Ciência e cultura*, São Paulo, vol. 54, n. 2, 2002, pp. 23-24. Disponível em: <http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252002000200021>. Acesso em: 19 jun. 2025.
- HABERMAS, Jürgen. *Teoria do Agir Comunicativo 1: Racionalidade da ação e racionalização social*. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2012.
- HARDMAN, Francisco Foot. Brutalidade antiga: sobre história e ruína em Euclides. *Estudos avançados*, vol. 10, n. 29, 1996, pp. 293-310. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0103-40141996000100025>>. Acesso em: 19 jun. 2025.
- HELLER, Agnes. O cotidiano e a história. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1972.
- KOSELLECK, Reinhart. O futuro passado dos tempos modernos. In: KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos modernos*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006a.
- KOSELLECK, Reinhart. Historia Magistra Vitae. Sobre a dissolução do topos na história moderna em movimento. In: KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006b.
- LACAPRA, Dominick. Intellectual History and Its Ways. *The American Historical Review*, vol. 97, n. 2, p. 425-439, abr. 1992.
- LAFETÁ, João Luiz. *1930: a crítica e o modernismo*. São Paulo: Duas cidades, 1974.
- NUNES, Benedito. *O Tempo na narrativa*. São Paulo: Editora Loyola, 2013.
- POMIAN, Krzysztof. *Tempo e temporalidade*. Lisboa: Imprensa Nacional; Casa Da Moeda, 1993.

PORTELLA, Eduardo. *Literatura e realidade nacional*. Edições Tempo Brasileiro: Rio de Janeiro, 1963.

QUEIROZ, Amadeu. *João*. Porto Alegre: Edições da livraria do globo, 1945.

RANCIÈRE, Jacques. A história como multiplicidade temporal. In: SALOMON, Marlon (org.). *Heterocronias – Estudos sobre a multiplicidade dos tempos históricos*. Goiânia: Edições Ricochete, 2018, pp. 330-336.

RICOEUR, Paul. A condição histórica. In: RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2007.

ROSSI, Paolo. O paradigma do retorno do passado. In: ROSSI, Paolo. *O passado, a memória, o esquecimento*. São Paulo: Editora UNESP, 2010, pp. 126-166.

SANTOS, Mayara Galvan dos; MERLO, Álvaro Roberto Crespo. Temporalidades rurais: trabalho feminino, sentidos e organização do tempo. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, vol. 22, v. 2, 2019, pp. 199-216. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1516-37172019000200006>. Acesso em: 19 jun. 2025.

WHITE, Hayden. *Meta-história. Imaginação histórica no século XIX*. São Paulo: Editora USP, 1973.